



ACÓRDÃO Nº 988/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1439/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsáveis:** Srs. Marcelo Gomes de Oliveira, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas e René Levy Aguiar, Secretário Geral da pasta.
- 4- **Advogado:** Lucas Lyra de Freitas - OAB/AM n.º 10.515, André de Santa Maria Bindá - OAB/AM n.º 3.707, Tábatta Çorena Coelho Guimarães – OAB/AM n.º 7.789, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM n.º 4.331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM n.º 6.975, Vasco Pereira do Amaral – OAB/AM n.º A-099, e Américo Gorayeb Neto – OAB/AM n.º 3.923.
- 5- **Órgão:** Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus – SRMM.
- 6- **Exercício:** 2014.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n.º 4911/2016 – PGC/PEDIDO DE VISTAS – Procurador-Geral Carlos Alberto Souza de Almeida, e Parecer n.º 4540/2017- Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus – SRMM. Exercício

Contas Irregulares. Alcance. Multas. Fixação de prazo.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do **voto, modificado oralmente em sessão**, do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com o Parecer n.º 4911/2016 – PGC/PEDIDO DE VISTAS, do Ministério Público junto a este Tribunal, que passa a integrar o presente decisório, no sentido de:



ACÓRDÃO Nº 988/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.1. JULGAR IRREGULAR a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, exercício 2014, sob a responsabilidade do **Srs. René Levy Aguiar, Secretário Geral da SRMM, e Marcelo Gomes de Oliveira, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas da SRMM**, exercício 2014, nos termo do art. 1º, II da Lei Estadual n.º 2.423/96 c/c o art. 5º, II da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM;

10.2. APLICAR MULTA ao **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira, Secretário Executivo da SRMM**, exercício 2014, no valor de R\$ 60.457,12 (sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e doze centavos), discriminados da seguinte maneira:

- R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, VII da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, IV, “b” c/c o art. 190, III, “a” da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, por descumprimento reiterado de determinação deste Tribunal, em razão das seguintes Restrições elencadas no Relatório Conclusivo n.º 22/2016 – DICOP [1.1.1.1, 1.1.1.2 (fls. 2.215); 2.1.1.1, 2.1.1.2 (fls. 2.219); 3.1.1.1, 3.1.1.2 (fls. 2.224); 4.1.1.1, 4.1.1.2 (fls. 2.229); 5.1.1.1, 5.1.1.2 (fls. 2.233); 6.1.1.1, 6.1.1.2 (fls. 2.237); 7.1.1.1, 7.1.1.2 (fls. 2.241); 8.1.1.1, 8.1.1.2 (fls. 2.247-v); 9.1.1.1, 9.1.1.2 (fls. 2.253-v); 10.1.1.1, 10.1.1.2 (fls. 2.259); 11.1.1.1, 11.1.1.2 (fls. 2.266-v); 12.1.1.1, 12.1.1.2 (fls. 2.273); 13.1.1.1, 13.1.1.2 (fls. 2.276); 14.1.1.1, 14.1.1.2 (fls. 2.280); 15.1.1.1, 15.1.1.2 (fls. 2.287-v); 16.1.1.1, 16.1.1.2 (fls. 2.293)];
- R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), com fulcro nos arts. 54, III da Lei n.º 2.426/93 c/c o art. 308, V, c/c o art. 190, III, “a” da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, pela prática de atos de gestão ilegítimos e antieconômicos, em razão das seguintes Restrições elencadas no Relatório Conclusivo n.º 022/2016 – DICOP [1.2.2, 1.2.8, 1.2.10 e 1.2.12 a 1.2.17 (fls. 2.215-v); 2.2.1 a 2.2.5 (fls. 2.219/2.219-v); 3.2.1 a 3.2.5 (fls. 2.223-v); 4.2.1 a 4.2.3 e 4.2.5 (fls. 2.229/2.229-v); 5.2.1 a 5.2.5 (fls. 2.233); 6.2.1 a 6.2.4 (fls. 2.237); 7.2.1 a 7.2.5 (fls. 2.241); 8.2.1 a 8.2.3, 8.3.1 a 8.3.4 (fls. 2.247-v/2.248); 9.2.1 a 9.2.3, 9.3.1 a 9.3.4 (fls. 2.253-v); 10.2.1 a



ACÓRDÃO Nº 988/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.3 e 10.3.1 a 10.3.4 (fls. 2.259/2.259-v); 11.2.1 a 11.2.3 e 11.3.1 a 11.3.4 (fls. 2.266-v); 12.2.1 a 12.2.3 e 12.3.1 a 12.3.4 (fls. 2.273); 14.2.1 a 14.2.3 (fls. 2.280); 15.2.1 a 15.2.3 (fls. 2.287-v/2.288); 16.2.1 a 16.2.3 (fls. 2.293-v)];

- R\$ 30.688,87 (trinta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos), com fulcro nos art. 54, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal, contábil ou regulamentar, em razão das seguintes Restrições elencadas no Relatório Conclusivo n.º 022/2016 – DICOP [1.2.6 (fls. 2.215); 2.3.1 a 2.3.5 (fls. 2.219/2.219-v); 3.3.1 a 3.3.4 (fls. 2.223-v); 4.3.1 a 4.3.3 e 4.3.5 a 4.3.7 (fls. 2.229-v); 5.3.1 a 5.3.4 (fls. 2.233); 6.3.1 a 6.3.8 (fls. 2.237); 7.3.1 a 7.3.3 e 7.3.5 a 7.3.7 (fls. 2.241/2.241-v); 8.4.1 a 8.4.3 e 8.4.5 a 8.4.7 (fls. 2.248); 9.4.1 a 9.4.3 e 9.4.5 a 9.4.7 (fls. 2.253-v); 10.4.1 a 10.4.3 e 10.4.5 a 10.4.8 (fls. 2.259); 11.4.1 a 11.4.8 (fls. 2.266-v); 12.4.1 a 12.4.6 (fls. 2.273); 13.2.1 a 13.2.6 (fls. 2.277); 14.3.2 a 14.3.7 (fls. 2.280/2.280-v); 15.3.1 a 15.3.6 (fls. 2.287-v); e 16.3.1 a 16.3.6 (fls. 2.293-v)];

- 10.3.** FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para que o **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira, Secretário Executivo da SRMM**, recolha os valores das multas que lhes foram aplicadas, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão de Encargos Gerais do Estado – SEFAZ), com fulcro no art. 72, III, “c” da Lei n.º 2.423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do capítulo X, da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM;
- 10.4.** AUTORIZAR, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n.º 2.423/96, art. 169, II e §6º do art. 308, todos da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM;
- 10.5.** CONSIDERAR EM ALCANCE o Sr. **Marcelo Gomes de Oliveira, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas da SRMM**, no valor de R\$ 29.496.896,71 (vinte e nove milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos), em razão das seguintes Restrições apontadas pela DICOP no Relatório



ACÓRDÃO Nº 988/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Conclusivo n.º 022/2016: [1.3.1 (fls. 2.215-v); 2.4.1 a 2.4.6 (fls. 2.219/2.219-v); 3.4.1 a 3.4.7 (fls. 2.223-v); 4.4.1 a 4.4.9 (fls. 2.229/2.229-v); 5.4.1 a 5.4.4 (fls. 2.233); 6.4.1 e 6.4.2 (fls. 2.237); 7.4.1 a 7.4.2 (fls. 2.241-v); 8.5.1 a 8.5.4 (fls. 2.247-v/2.248); 9.5.1 a 9.5.5 (fls. 2.253-v); 10.5.1 a 10.5.2 (fls. 2.259/2.259-v); 11.5.1 a 11.5.4 (fls. 2.266-v); 12.5.1 a 12.5.4 (fls. 2.273); 13.3.1 a 13.3.3 (fls. 2.277); 14.4.1 a 14.4.2 (fls. 2.280-v); 15.4.1 a 15.4.3 (fls. 2.287-v/2.288); 16.4.1 a 16.4.3 (fls. 2.293-v)], bem como considere solidariamente em alcance as empresas inframencionadas, nos valores elencados no Relatório Conclusivo n.º 134/2017 e Informação n.º 696/217 abaixo elencados:

- a) A empresa **L. Moreira Construções e Consultorias Ltda.**, no que concerne ao ressarcimento ao erário público estadual do valor de R\$ 64.788,89 (sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), em conformidade com o valor informado pela DICOP na tabela de fls. 3.796 e em razão das impropriedades ali apontadas;
- b) A empresa **MCW Construções e Comércio e Terraplanagem Ltda.**, no que concerne ao ressarcimento ao erário público estadual do valor de R\$ 8.617.981,13 (oito milhões, seiscentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e um reais e treze centavos) em conformidade com o valor informado pela DICOP na tabela de fls. 3.797 e em razão das impropriedades ali apontadas;
- c) A empresa **Construtora Soma Ltda.**, no que concerne ao ressarcimento ao erário público estadual do valor de R\$ 2.449.180,15 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta reais e quinze centavos) – em conformidade com o valor informado pela DICOP na tabela de fls. 3.793 -, em razão das impropriedades elencadas na tabela de fls. 3.798;
- d) A empresa **Construtora São Francisco Ltda-ME.**, no que concerne ao ressarcimento ao erário



ACÓRDÃO Nº 988/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

público estadual do valor de R\$ 12.346.924,35 (doze milhões, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos) em conformidade com o valor informado pela DICOP na tabela de fls. 3.798 e em razão das impropriedades ali apontadas;

e) A empresa **Tarumã Construções e Terraplanagem Ltda.**, no que concerne ao ressarcimento ao erário público estadual do valor de R\$ 6.752.293,43 (seis milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos) em conformidade com o valor informado pela DICOP na tabela de fls. 3.799 e em razão das impropriedades ali apontadas;

f) A empresa **EMAN Transporte, Comércio e Serviços Ltda-ME**, no que concerne ao ressarcimento ao erário público estadual do valor de R\$ 465.728,78 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos) em conformidade com o valor informado pela DICOP na tabela de fls. 3.800 e em razão das impropriedades ali apontadas;

10.6. FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para que o **Sr. Marcelo Gomes de Oliveira, Secretário Executivo da SRMM** e as **Empresas** supramencionadas, recolham os valores das glosas que lhes foram aplicadas, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão de Encargos Gerais do Estado – SEFAZ), com fulcro no art. 72, III, “c” da Lei n.º 2.423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do capítulo X, da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM;

10.7. AUTORIZAR, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n.º 2.423/96, art. 169, II e §6º do art. 308, todos da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº 988/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 07 de novembro de 2017.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral